

O 7 DE SETEMBRO EM MANDAGUAÇU (PR): A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CONCEITO DE FESTA DA PÁTRIA*

Reginaldo Dias**

Resumo: *Em 1997, o poder público municipal de Mandaguaçu (PR) resolveu implementar um projeto de “reinvenção” do desfile de 7 de setembro. O presente artigo analisa em que medida houve rupturas e conservadorismo nessa solenidade da festa da pátria, no que se refere ao tratamento de temas históricos e à estrutura do próprio desfile.*

Palavras chaves: *festa cívica; desfile de 7 de setembro; Mandaguaçu.*

Preâmbulo

A concepção de história como genealogia das nações e de seus modelos de civilização esteve ligada, na Europa e no Brasil, à afirmação do Estado nacional (FURET, s/d; NADAI, 1988).

No caso brasileiro, pode-se dizer, sinteticamente, que a chamada história oficial sedimentou, desde o século XIX, duas idéias básicas acerca desse processo. Primeira, a nação teria sido constituída de forma homogênea, através da contribuição de índios, negros e portugueses, ficando mascaradas as contradições e conflitos. Segunda, procura-se demonstrar uma nação já constituída na conjuntura posterior à proclamação da independência, pressuposto para a edificação de um Estado nacional (PINSKY, 1988).

* - O município de Mandaguaçu foi fundado em 1951. Localizado a 430 quilômetros de Curitiba, faz parte da região Norte Novo do Paraná e possui cerca de 16 mil habitantes.

** Professor do Dep. História da Universidade Estadual de Maringá. e-mail: regi@wnet.com.br

O culto à edificação do Estado nacional, a seus heróis e marcos constituintes foi disseminado por mecanismos vários. O processo de ensino foi, evidentemente, o canal mais freqüente e de maior alcance, mas os governos lançaram mão de outros meios para atingir tal objetivo, como as festas cívicas, principalmente a de 7 de setembro, celebração da fundação do Estado nacional.

As comemorações cívicas sempre tiveram lugar nos calendários e no cotidiano das escolas, que incorporaram as datas nacionais, os ritos de hasteamento da bandeira e a execução de hinos pátrios, “rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional”(BITTENCOURT, 1988, p. 44). Mais do que informar sobre a grandeza da nação e de seus heróis, a meta era criar, através desses rituais, “sentimentos, emoções, envolvimento cívico, enfim”(OMURO, 1996, p. 743).

A contestação aos cânones da história oficial não é fato novo, mas tem se acentuado, nos últimos anos, um processo de renovação do ensino que tem atingido, não sem encontrar resistências, as políticas governamentais e os currículos oficiais.¹ A revisão também tem influenciado as festas cívicas, que passaram, em determinados casos, a ser vistas com o olhar crítico sedimentado pela renovação do ensino de história. Entre o absentéismo e a reprodução das solenidades tradicionais, têm surgido experiências que procuraram renovar as festas cívicas, dando-lhes novas formas e novos conteúdos, como ocorreu na cidade paranaense de Mandaguaçu, em 1997.

Em sintonia com essas novas tendências, a Secretaria da Educação de Mandaguaçu, precisamente no 7 de setembro, a chamada festa da pátria, promoveu uma nova

¹ No Paraná, como resultado de processo de elaboração desencadeado em meados da década de 80, foi implantado, a partir de 1990, o novo **Currículo Básico**, Que abrange todas as áreas de conhecimento, incluindo a História (SEED-PR, 1990). Vigoroso debate sobre a reformulação curricular, tomando como estudos de caso as experiências de São Paulo e Minas Gerais, foi realizado por Selva FONSECA(1995).

concepção de desfile cívico, à qual subjaz diferente compreensão do que vem a ser o processo de constituição da nação brasileira e da relação da nação com o Estado nacional.² É à análise dessa solenidade, observando suas inovações e limites, que se dedica este artigo.³

Um projeto de reinvenção do desfile de 7 de setembro

Em Mandaguacu, o 7 de setembro, havia alguns anos, não era comemorado. A nova administração do município, tão logo se dispôs a retomar a solenidade, não quis promovê-la segundo os padrões tradicionais. Conforme esclareceu a Prefeitura Municipal em reportagem de jornal de circulação regional, o objetivo era “romper com a tradição e seguir um enredo ‘ousado’ e ‘atrevido” (O DIÁRIO, 1997, p 3).

Indicando o sentido da ruptura, a Secretária da Educação afirmou que pretendia “colocar na avenida um pedaço da história brasileira que geralmente não se encontra nos livros”. Ao justificar seu apoio ao projeto, o Prefeito enfatizou que o desfile seria “uma oportunidade da comunidade se inteirar, ainda que de forma modesta, de aspectos pouco esclarecidos do passado brasileiro” (O DIÁRIO, 1997, p.3).

Atenta ao sentido do projeto anunciado e a seu eventual contraste com as solenidades tradicionais, a reportagem estampou a emblemática manchete de que Mandaguacu iria “reinventar o desfile” e contar a “história real”. Registre-se, como baliza para tal contraste, que Maringá,

² No município de Registro (SP), já havia se verificado, em 1995, experiência de reformulação do desfile de 7 de setembro (OMURO, 1996). A experiência de Mandaguacu tem pontos de contato, nas preocupações e no desenvolvimento, com a solenidade realizada em Registro, embora tenha sido concebida sem a conhecer e guarde diferenças e singularidades. Isso demonstra que a preocupação com a crítica e renovação é bastante abrangente, atingindo diversas regiões do país.

³ Esclareça-se que a análise se realiza a partir da fita “Desfile comemorativo de 7 de Setembro”, registro em vídeo da solenidade, e da documentação produzidas pela Secretaria da Educação do Município.

cidade pólo da região e sede do jornal que promovia a reportagem, também anunciava a retomada dos desfiles de 7 de setembro, só que em seu formato tradicional, ou seja, como parada cívico-militar.

Além do processo de renovação do ensino de história, exerceu influência sobre esse projeto de “reinvenção” do desfile a orientação ideológica da administração municipal, comandada, desde o início do ano, por uma aliança de esquerda encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores. Se é verdade que nem todas as administrações de esquerda - petistas ou de outros partidos - adotam tal procedimento, a mudança no comando político municipal é um fato que merece ser considerado, como observou a referida reportagem: “o desfile (...) está exigindo mobilização da Secretaria da Educação, exatamente por introduzir inovações bem ao estilo da administração petista”(O DIÁRIO, 1997, p. 3).

Para colocar em prática o projeto, a Secretaria da Educação procurou ganhar a adesão das instituições de ensino do município. Todas as escolas, municipais e estaduais, públicas e privadas, de primeiro e segundo graus, de ensino regular e supletivo, incorporaram-se ao projeto.

A concepção global foi discutida em reunião entre a Secretaria Municipal e representantes de todas as escolas. Após a definição do que se pretendia, cada unidade desenvolveu, de maneira autônoma, um tema do enredo, discutiu com os alunos e preparou um texto para ser lido no momento do desfile.

Nos discursos de abertura da solenidade, autoridades municipais sintetizaram os objetivos do desfile. Segundo a Secretária da Educação, seria promovida uma retrospectiva, de 1822 aos dias atuais, das principais manifestações políticas e culturais do povo brasileiro. O Prefeito, em complemento, afirmou que a aspiração era “resgatar, acima de tudo, a cidadania”, com o horizonte de “tornar realidade o Brasil dos

nossos sonhos”.⁴

O desfile foi constituído de duas partes complementares. A primeira, intitulada “os desfiles de antigamente”, era caracterizada pela parada militar propriamente dita. A segunda, intitulada “O Brasil dos nossos sonhos”, era caracterizada pelas inovações que o desfile pretendeu promover. Após uma abertura em que eram apresentados alguns “sonhos brasileiros”, como “educação e saúde para todos”, foram destacados acontecimentos e períodos marcantes da história brasileira pós-independência.

A proclamação da Independência, com uma representação do Grito do Ipiranga, foi o primeiro fato a ser focalizado. Em seguida, abordou-se o processo de Abolição da Escravidão, salientando a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea, sem deixar de fazer referência à Princesa Isabel e aos mais famosos líderes abolicionistas (Luíz Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, etc). O processo de resistência e de luta dos escravos, representado pelos quilombos, também ganhou a avenida. Zumbi, o herói negro, e o quilombo dos Palmares foram postos em primeiro plano.

Em relação ao século passado, o último acontecimento colocado em cena foi a proclamação da República. Praticamente ausente do desfile, a República Velha foi apenas uma espécie de contraponto para a chamada Revolução de 30, que serviu como introdução para a “Era Vargas”, o primeiro período do século XX a ser abordado. Procurou-se indicar o processo de avanço da industrialização e da legislação trabalhista e, em contrapartida, criticar a ditadura varguista.

O período de 1945 a 1964, marcado pelos governos populistas, entrou em cena logo em seguida. O universo político, além da alusão aos diversos presidentes da República, foi

⁴ Secretária da Educação: Viviana Terezinha Lissoni. Prefeito: Rômulo C. Barreiro. Os discursos estão registrados na fita de vídeo-cassete “Desfile comemorativo de 7 de Setembro”.

representado pela fundação de Brasília, emblema do desenvolvimentismo, e pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ante-sala do golpe militar de 1964.

Mais do que nos períodos anteriores, o enredo se abriu para manifestações de outras esferas. Registrou-se, assim, o impacto popular das conquistas esportivas, com ênfase nas copas do mundo de futebol, assim como as diversas manifestações culturais que marcaram o período: bossa nova, cinema novo, vanguardas culturais, emergência do *rock and roll*.

Avançando na cronologia, foram registradas, ainda nesse momento, algumas manifestações culturais que provocaram tensão nos primeiros anos da ditadura militar, como a Tropicália e o Teatro Oficina. Um novo bloco temático completou o enfoque da década, colocando em cena os movimentos estudantis de 68 e a contracultura, exemplificada no movimento *hippie*. Enfatizou-se o papel que o AI-5 teve no silenciamento das várias manifestações culturais e políticas do período.

O desfile promoveu um salto para o início da década de 80, período da redemocratização, da campanha “diretas-já” e da morte de Tancredo Neves. Entre os processos políticos mais recentes, foram postos em primeiro plano: o movimento da juventude cara-pintada e a campanha pelo *impeachment* de Collor; as CPIs, especialmente a do orçamento; a Marcha dos Sem-Terra e a luta pela reforma agrária; a campanha pela cidadania e contra fome, liderada por Betinho. O desfile foi encerrado com uma homenagem ao educador Paulo Freire, recentemente falecido.

A tradição e a reinvenção

A análise da estrutura do desfile e do tratamento dos temas contribui para debater em que nível ocorreu a reinvenção da festa da pátria.

Em relação à estrutura, constata-se que, embora

tenham sido incluídos momentos de desfile propriamente militar, a intenção foi promover um contraponto com o “desfile reinventado”. De forma geral, não houve desfile militarizado. Os estudantes não estavam uniformizados e não marcharam, em passo sincronizado, ao som de fanfarras. Ao contrário, estiveram sempre caracterizados de acordo com o enredo de seus blocos temáticos, vestidos de sem-terra, de escravos, de personagens tradicionais etc.

Da mesma maneira, a trilha sonora, longe de ser composta por marchas militares, esteve sempre sintonizada com os temas arrolados pelo enredo. Foi possível ouvir Caetano Veloso (Alegria, Alegria), Tom Jobim (Garota de Ipanema), Clara Nunes (O canto das três raças), *The Beatles* (*Hard day's nights*). Os versos de Gonzaguinha representaram a motivação geral, direcionada pelo tema “Brasil dos nossos sonhos” e pela questão da cidadania: “a gente não tem cara de babaca/ a gente quer fazer uma nação/ a gente quer ser cidadão”.

Essa estrutura heterodoxa coloca em debate em que medida não ocorreu uma espécie de carnavalização da festa da pátria. Note-se, por exemplo, que os figurinos vestidos pelos estudantes lembravam as fantasias de carnaval e que os veículos utilizados poderiam ser interpretados como carros alegóricos. Cada bloco temático inseria-se em enredo mais amplo. Entretanto, se a alusão à carnavalização não é gratuita, deve ser vista com cuidado e critério.

Roberto DA MATTA (1986), em estudo clássico, comparou as festas carnavalescas com a festa da pátria, introduzindo importantes questões ao debate. Segundo ele, o carnaval é um rito de inversão, festa em que a fronteira entre os graus presentes na hierarquia social é temporariamente desfeita e vigora - ou pode vigorar - a igualdade. Tudo pode ser trocado de lugar.

07 de setembro, por seu turno, é um caso emblemático da festa da ordem, solenidade em que as relações sociais são celebradas exatamente como são, reproduzidas

as hierarquias e assimetrias presentes na vida cotidiana. Nessas solenidades, há clara demarcação de papéis e espaços através da qual fica nítido “quem é quem”. De um lado, localizam-se, em palanques, edificações especiais, as autoridades. De outro, no espaço comum, localiza-se o povo, para o qual é reservada a condição de espectador. Não obstante eventuais quebras de protocolo no fim das atividades, não se admite confusão de papéis ou oposições nos ritos da ordem.

O desfile de Mandaguaçu não chegou a promover radical ruptura com essa estrutura assimétrica. Seu desenvolvimento respeitou o protocolo e as divisões de espaço. As autoridades - prefeito, secretariado, vereadores, deputados, oficiais do Exército e da Polícia Militar - estavam em palanques oficiais. Os cidadãos continuaram em sua condição de espectadores. Os estudantes, por sua vez, ocuparam o espaço do desfile, com as características descritas.

Mas não se pode dizer que a festa de Mandaguaçu, especialmente quando comparada com as solenidades tradicionais, como a ocorrida em Maringá e em tantas outras cidades do país, tenha sido propriamente um ritual de reforço da ordem. Além de romper com a tradição militarizada, não procurou, como demonstram o desenvolvimento de seu enredo e os temas destacados, celebrar o Estado Nacional e concepção de nação homogênea.

A análise do enfoque que os temas históricos receberam revela que, na verdade, muito do que se mostrou consta dos livros didáticos. Um aspecto que merece atenção e que não pode deixar de ser apontado, nesse sentido, é que o desfile reproduziu, linearmente, praticamente toda a estrutura vertebral que constitui a cronologia da história oficial. Foram preservados, para usar uma expressão de VESENTINI, diversos “nós, pontos centrais, em torno dos quais todo um conjunto de outros temas passa a ser referido” (1984, p. 76).

A articulação desses “nós” sugeriria, na opinião desse historiador, “os locais onde as explicações devem debruçar-

se com força maior, mantendo o conjunto e o sentido do processo”. Não se trata, nessa linha de raciocínio, de tomar esses fatos - revolução de 30, proclamação da república, independência - apenas como “eventos passíveis de múltiplas explicações ou de integrá-los a uma nova explicação abrangente, mas de examinar como foram instituídos”(VESENTINI, 1984, p. 78-9).

As questões colocadas por Vesentini fazem pensar não apenas nos limites do desfile, mas também no processo mais amplo de reformulação do ensino de história. Deve-se reconhecer que o desfile reproduziu, em certa medida, a própria ordem de conteúdos dispostos no Currículo Básico do Paraná. Mesmo criticando a linearidade da explicação histórica e propondo novos temas e abordagens renovadas, o Currículo Básico tem um estrutura de conteúdos constituída pelos processos e fatos que compõem a rede de “nós” referida acima. Isso também ocorre com os currículos universitários.

Não se pode deixar de observar, da mesma maneira, que a nova leitura que o desfile pretendeu promover esteve bastante permeada por temas relacionados ao Estado e a seus governantes. Na abordagem do tema da Independência, foi colocada em relevo a figura do príncipe. O mesmo ocorreu na Abolição da Escravidão e na Proclamação da República, quando a Princesa Isabel e o Marechal Deodoro foram destacados. Por razões específicas a cada governo e com tratamentos distintos, Vargas, os presidentes do período populista, Tancredo e Collor também compuseram essa galeria de figuras notáveis.

Em contrapartida, evidenciou-se a preocupação de inserir movimentos culturais e sociais e “os debaixo” no desfile. Isso já se verificou no enfoque do tema “escravidão”, com a ênfase conferida a Zumbi e Palmares, e ganhou mais intensidade com a inserção de temas contemporâneos, como a campanha pela cidadania e contra fome, o movimento pelo *impeachment*, as campanhas pela ética na política e a marcha

dos sem-terra.⁵ A própria abordagem da Era Vargas, embora centrada no Estado, procurou salientar a questão dos direitos sociais que, a despeito da forma como foram implantados, são defendidos pelos trabalhadores, nesta época de desmonte promovido pelos neoliberais.

A questão da cidadania foi, de fato, o fio condutor do desfile. A concepção geral foi, até certo ponto, linear e abarcou movimentos bem díspares, vistos como passos de acúmulo de conquistas de cidadania, apesar do matiz eventualmente conservador que um ou outro teve. Essa visão linear, entretanto, não deixou de mostrar as contradições do processo.

Isso já se verifica, em graus variados, no tratamento específico de cada tema, mas é no ponto de chegada que as contradições ficam mais explícitas. A campanha pelo *impeachment* e as CPIs, em vez de celebrar, desnudam o grau de corrupção do Estado e evidenciam a ação da sociedade civil para exercer o controle público sobre a coisa pública. A campanha contra a fome é um emblema da concentração de renda e da desigualdade social, evidenciadas, também, pela marcha dos sem-terra. A questão da reforma agrária e as reivindicações de saúde e educação para todos, expostas durante o desfile, são indicadoras do grau de privatização e omissão do Estado diante da afirmação dos direitos elementares que devem dar sentido concreto à cidadania.

Em suma, pode-se dizer que a concepção que subjaz é a de uma nação em construção, constituída de classes e setores com interesses contraditórios. O Estado, em vez de instância instituinte, é entendido como arena dessas lutas e conflitos. A cidadania não é vista como um fato consumado, mas como meta a ser conquistada.

⁵ Registre-se que a introdução dos sem-terra no desfile gerou protestos imediatos de vereadores da oposição ao Prefeito, conforme pode se verificar na Ata da sessão legislativa realizada no dia seguinte, 08 de setembro de 1997.

Considerações finais

A análise procurou destacar a dialética conservação/mudança na solenidade de 7 de setembro realizada em Mandaguaiçu. Chamou a atenção a sobrevivência de algumas concepções tradicionais, salientes na estrutura do desfile, na seleção de alguns temas e em seu enfoque, no bojo de um processo que pretendia “reinventar” a festa da pátria.

Pode-se dizer que o procedimento adotado para a organização do desfile, que conferiu relativa autonomia para cada escola abordar o tema que lhe foi reservado, contribuiu para que se acentuasse certa heterogeneidade de enfoque. O resultado permitiu perceber, principalmente, quão heterogêneo tem sido o próprio processo de renovação do ensino de história que, além de repleto de permanências, não tem um sentido unívoco. Dito de outra forma, se a renovação não pode aspirar a trilhar um caminho sem diversidade e sem disputas de horizonte, tampouco está isenta da reprodução de concepções tradicionais.

Demonstrou-se, contudo, que o desfile teve relativo sucesso em “reinventar” a festa cívica, seja por romper com a estrutura militarizada, seja por não reproduzir o culto ao Estado nacional e a concepção de uma nação homogênea, sem contradições e estática. A concepção do desfile, preservada a intenção renovadora dessa primeira manifestação, tende a ser redefinida nas próximas “semanas da pátria”, mediante avaliações, críticas e autocríticas, anunciou a Secretaria da Educação. Enfim, o novo conceito de festa da pátria está, ele próprio, em construção.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe. *As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas*. in: PINSKY, J.(org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FONSECA, Selva. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1995.
- FURET, F. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s/d.
- NADAI, Elza. *O ensino de história e a “pedagogia do cidadão”*. in: PINSKY, J. (org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- OMURO, Selma. T. *Os desfiles e o ensino de história*. in: BITTENCOURT, Circe (org). **II encontro “Perspectivas do ensino de história”**. São Paulo: FEUSP, 1996.
- PINSKY, J. *Nação e ensino de história no Brasil*. in: PINSKY, J.(org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- SEED-PR- **Currículo Básico para a escola pública do Paraná**. Curitiba: Imprensa oficial, 1990.
- VESENTINI, Carlos A. *Escola e o livro didático de história*. in: SILVA, Marco A. (org). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

Outras Fontes:

- O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 03 de setembro de 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, “Desfile comemorativo de 7 de Setembro”, registro em vídeo da solenidade.